

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Abril/2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Legislativo – Área Apoio Técnico-Administrativo Especialidade Economia

Nome do Candidato
Caderno de Prova '109', Tipo 002Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-002Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte – parte do prefácio de um livro de sociologia em que o autor se dedicou ao estudo da cultura popular.

[Linguagens e culturas]

Este livro estuda as modificações que se deram na cultura das classes populares ao longo das últimas décadas, de modo especial aquelas que podem ser atribuídas à influência das publicações de massa. Creio que obteríamos resultados muito semelhantes caso tomássemos como exemplos algumas outras formas de comunicação, como o cinema, o rádio ou a televisão.

Penso que tenho sempre tentado dirigir-me principalmente ao “leitor comum” sério ou “leigo inteligente” de qualquer classe social. Não significa isto que eu tenha tentado adotar qualquer tom de voz específico, ou que tenha evitado o uso de quaisquer termos técnicos, para só empregar expressões banais. Escrevi tão claramente quanto o permitiu a minha compreensão do assunto, e apenas usei termos técnicos quando me pareceram susceptíveis de se tornarem úteis e sugestivos.

O “leigo inteligente” é uma figura vaga, e a popularização uma tarefa perigosa; mas parece-me que aqueles de nós que consideram uma urgente necessidade escrever para ele devem continuar a tentá-lo. Porque um dos mais nefastos aspectos da nossa condição cultural é a divisão entre a linguagem dos peritos e o nível extraordinariamente baixo daquela utilizada nos órgãos de comunicação de massa.

(Adaptado de: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.)

1. Ao introduzir um livro no qual estudará o efeito das publicações de massa sobre a cultura das classes populares, o autor preocupa-se, inicialmente, com
 - (A) as polêmicas que levantará, entre leitores leigos, uma linguagem fatalmente limitada pelo apuro de uma terminologia técnica.
 - (B) a complexidade do tema, cuja importância pode até mesmo ser menosprezada por algum leitor preconceituoso, algum “leigo inteligente”.
 - (C) a complexidade da linguagem a utilizar, uma vez que buscará evitar tanto uma terminologia técnica como expressões excessivamente simplificadoras.
 - (D) as controvérsias envolvidas na discussão do tema, divididas entre referendar ou negar o fenômeno de uma cultura de massa que seja autêntica.
 - (E) as controvérsias decorrentes de uma posição política extremada, pela qual se nega qualquer influência entre diferentes áreas da cultura.

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que
 - (A) o pronome sublinhado no segmento *continuar a tentá-lo* (3º parágrafo) faz referência a “leigo inteligente”, no início do período.
 - (B) os dois casos de emprego das aspas (2º parágrafo) justificam-se pelo fato de buscar o autor a criação de um efeito de sentido altamente irônico.
 - (C) o segmento *resultados muito semelhantes* (1º parágrafo) deixa ver que o autor está se referindo a pesquisas que ele já realizou, com conclusões taxativas.
 - (D) o segmento *tão claramente quanto o permitiu* (2º parágrafo) ressalta a fatalidade de escrever um livro para leigos numa linguagem inevitavelmente imprópria.
 - (E) a frase *e a popularização uma tarefa perigosa* (3º parágrafo) faz subentender a forma verbal **é** da frase anterior.

3. Ao optar precisamente pelo nível de linguagem que adotou em seu livro, o autor manifesta a esperança de que
 - (A) a profundidade de sua análise sociológica compense o esforço que o leitor haverá de fazer para absorver toda a terminologia técnica.
 - (B) a supressão de qualquer terminologia técnica faça com que seu tema fique mais preciso para os responsáveis pelas publicações de massa.
 - (C) o “leitor comum” ou mesmo o “leigo inteligente” sejam capazes de compreender o rigor com que os termos técnicos foram multiplicadamente empregados.
 - (D) o uso incontornável de esporádicos termos especializados acabe por fazê-los compreensíveis e proveitosos para o leitor comum.
 - (E) a adesão a uma terminologia altamente técnica redunde em algum benefício para os leitores mais afeitos às questões a serem analisadas.



4. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Quem estuda os diferentes níveis de manifestações culturais propõe-se a reconhecer os distintos valores com os quais se (**instituir**) uma cultura complexa.
 - (B) As modificações da cultura popular (**constituir**) o centro da preocupação desse livro de Richard Hoggart.
 - (C) O autor do livro deseja que a linguagem de seus estudos (**propiciar**) aos seus leitores revelações sobre a cultura das classes populares.
 - (D) A popularização preocupa o autor porque muitos estudos se tornam simplórios devido à simplificação excessiva a que se (**submeter**).
 - (E) O pesquisador acredita que um dos mais negativos aspectos da nossa civilização está no abismo que (**permeiar**) as linguagens.
-
5. Há construção na **voz passiva** e adequada correlação **entre os tempos verbais** na frase:
- (A) Por haver-se dedicado sobretudo ao estudo da linguagem da imprensa, o de outros meios de comunicação não foi conclusivo.
 - (B) Resultados muito semelhantes ao dessa pesquisa seriam encontrados caso o foco de análise incidisse sobre outros meios de comunicação.
 - (C) Essa pesquisa teria chegado a resultados semelhantes desde que o foco não deixe de incidir sobre a linguagem dos outros meios de comunicação.
 - (D) Dispondo-se a vir fazer uma boa análise de outras formas de comunicação, o pesquisador terá encontrado resultados semelhantes.
 - (E) Quando outras análises incidirem sobre outros meios de comunicação, seria possível chegar a resultados não muito diferentes destes.
-
6. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O fato de se empregar termos abusivamente especializados implica em afastar de uma pesquisa aqueles que, por outro lado, lhe pudessem melhor aproveitar.
 - (B) Ser contra a linguagem excessivamente técnica é uma preocupação desse pesquisador, uma vez que lhe prefere a linguagem mais fluente da fala comum.
 - (C) O autor considera haver um fosso entre a linguagem especialista e a comum, conquanto não confundam-se quando se busca especificá-las.
 - (D) O fato de haver a linguagem dos peritos e a linguagem dos leigos acabam por produzir um atrito de competências e interferindo nas conclusões das pesquisas.
 - (E) Não há razão para se adotar uma linguagem excessivamente técnica, se o interesse maior de uma pesquisa for o de atingir os leigos nela interessados.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Juventude e história

Eric Hobsbawm (1917-2012) foi um dos maiores historiadores da era moderna. Longevo, viveu como também sua praticamente toda a história do século XX. É dele este importante fragmento, que vale como uma advertência:

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.”

(Adaptado de: **Era dos extremos** – O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.)

7. A **advertência** de Hobsbawm, indicada para o fragmento citado, seria a de que
- (A) as experiências pessoais só alcançam algum sentido quando o historiador, em função de seu ofício, vincula-as às experiências de um passado mais remoto.
 - (B) as experiências valorizadas apenas em seu próprio presente, visto como perpétuo, acabam por desconsiderar todo e qualquer sentido do passado.
 - (C) os historiadores devem reconhecer que sua importância é diretamente proporcional à importância que se dê ao tempo das experiências contemporâneas.
 - (D) o passado público, com seu conjunto de experiências, só terá sentido caso seja compreendida a interpretação que lhes deram os antigos historiadores.
 - (E) os jovens do final do século XX perderam sua relação orgânica com os tempos passados em razão do descrédito em que caíram os historiadores da época.



8. Considerando-se o contexto e a construção do texto, observa-se que
- (A) o elemento *Por isso*, iniciando o período final do fragmento, refere-se à perda de importância sofrida pelos historiadores contemporâneos.
 - (B) a expressão *como também sua* equipara a experiência de Hobsbawm à dos jovens do final do século.
 - (C) a objetividade de um historiador não exclui toda e qualquer valoração subjetiva, como no caso do emprego do adjetivo *lúgubres*, aplicado a *fenômenos*.
 - (D) os travessões empregados no fragmento citado têm por função enfatizar uma **contradição** nos argumentos levantados pelo próprio autor.
 - (E) o termo *Longevo*, no início de um período do primeiro parágrafo, deve ser entendido como equivalente a **Para ter vida longa**.
-
9. No segmento *Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem*, o segmento sublinhado pode ser substituído com correção e coerência por
- (A) a cuja responsabilidade está em lembrar o esquecido.
 - (B) de cuja missão propõe-se a lembrar o que é esquecido.
 - (C) em cujo mister consta o de lembrar o esquecido.
 - (D) que têm por propósito reavivar o que é esquecido.
 - (E) de quem o papel é rever o passado esquecido.
-
10. Está plenamente adequada a **pontuação** do seguinte período:
- (A) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno – talvez não pudesse com, a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
 - (B) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno talvez não pudesse com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
 - (C) Tivesse vivido muito menos, Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico, que batizou como Era dos extremos.
 - (D) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse – com a mesma autoridade – dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou: como Era dos extremos.
 - (E) Tivesse vivido, muito menos, Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou – como Era dos extremos.

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se ao texto seguinte.

No voo da caneta

Numa das cartas ao amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que vivia suas maiores emoções. Comentando isso com um jovem aluno, entrevi sua discreta expressão de piedade por aquele poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete que não se atirou à vida. Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para além do tempo e do espaço imediatos.

(Joelson Figueiredo, inédito)

11. A discreta mas expressiva reação do aluno ao comentário do professor sobre uma confissão do poeta Carlos Drummond de Andrade mostra que o estudante acreditava que
- (A) o poeta intimidado pela vida é incapaz de registrar suas emoções, uma vez que o talento artístico nasce da coragem pessoal.
 - (B) o sentido da poesia não se confunde com os grandes sofrimentos por que passa um poeta nos combates da vida.
 - (C) o artista é invariavelmente uma pessoa alienada, porque se recusa a experimentar grandes emoções, mesmo as imaginárias.
 - (D) a arte é mais intensa do que a vida, por isso um artista deve entregar-se àquela sem qualquer concessão às circunstâncias da rotina.
 - (E) a expressão literária não traduz emoções verdadeiras, só vivenciadas pelos que se dispõem a enfrentar a força das experiências.



12. Considerando-se o contexto, o segmento *entrevi sua discreta expressão de piedade* ganha nova redação, na qual se mantém seu sentido básico, no enunciado
- (A) divisei sua refreada manifestação de compadecimento.
 - (B) constatei sua íntima disposição sentimental.
 - (C) percebi seu contido sentimento de adesão.
 - (D) absorvi uma implícita reação de sua nostalgia.
 - (E) dei pela sua reservada impressão solidária.
-
13. É clara e correta a redação desta nova forma que se deu a uma frase do texto:
- (A) Numa carta a Mário de Andrade, seu amigo, garantia-lhe o poeta Drummond que com a mão numa caneta é que vivia suas emoções mais intensas.
 - (B) Asseverava-lhe numa de suas cartas o poeta Drummond ao amigo Mário de Andrade de que lhe brotava de uma caneta as mais incedíveis emoções.
 - (C) As máximas emoções imergiam-lhe vivamente de uma caneta a mão, garantia-lhe numa carta a seu amigo Mário de Andrade o poeta Drummond.
 - (D) Confessava Drummond numa carta a Mário de Andrade seu amigo, que imbuía sua caneta às emoções máximas e vívidas que lhe invadiam.
 - (E) Era através de uma caneta, confessava o poeta Drummond numa carta, a seu amigo Mário de Andrade que o tomavam conta as emoções maiores.
-
14. Na construção *Comentando isso com um jovem aluno, entrevi*, as ações expressas pelas formas sublinhadas
- (A) articulam-se numa relação de finalidade.
 - (B) compõem-se como uma simultaneidade.
 - (C) apresentam-se como um efeito seguido de sua causa.
 - (D) manifestam uma ideia de condicionalidade.
 - (E) sugerem decisões alternativas.

Noções de Direito Constitucional

15. Considere as seguintes proposições:
- I. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - II. Por representarem manifestação do poder constituinte, as emendas à Constituição não estão sujeitas a limitações materiais, mas apenas a limitações processuais ou formais.
 - III. A Constituição somente poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República ou de qualquer membro do Congresso Nacional.
 - IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- À luz do disposto na Constituição da República, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.
-
16. João, Governador do Estado X, faleceu no primeiro ano do seu mandato, sendo sucedido por José, que havia sido eleito Vice-Governador. Ao fim do mandato em que sucedeu João, José se elegeu Governador do Estado X. Com a proximidade do encerramento desse novo mandato, entendendo que ainda possui muitos projetos para realizar, José almeja se candidatar à reeleição. À luz da Constituição da República, a reeleição pretendida por José
- (A) não é possível, uma vez que, ao suceder João, José passou a exercer seu primeiro mandato como titular do cargo de Governador, de maneira que somente poderia ser reeleito para um único período subsequente, o que já ocorreu.
 - (B) não é possível, uma vez que José já exerceu por duas vezes consecutivas o mandato de Governador, embora ele possa candidatar-se ao cargo de Vice-Governador na referida eleição, na medida em que ainda não foi reeleito para esse cargo.
 - (C) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador; deverá, contudo, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (D) não é possível, uma vez que, já tendo ocupado o cargo em dois mandatos, José está impedido de, ainda que futuramente, voltar a ser Governador do Estado X.
 - (E) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador, não sendo necessário renunciar ao respectivo mandato para concorrer à reeleição.

**Noções de Direito Administrativo**

17. A Administração pública possui algumas prerrogativas inerentes às suas funções, que lhe permitem agir, em alguns casos, de modo a sobrepor a vontade dos particulares, em prol do atendimento do interesse público. Nesse sentido, considera-se exemplo dessa prerrogativa o poder de
- (A) criar pessoas jurídicas como forma de desconcentração das atividades da Administração pública.
 - (B) revogar licitações, por razões de conveniência e oportunidade e para atendimento do interesse público, sempre que se identificar ilegalidades nos procedimentos.
 - (C) limitar o direito de particulares, discricionariamente, sempre que a situação de fato demonstrar essa necessidade, independentemente de previsão legal.
 - (D) alterar unilateralmente os contratos administrativos, por motivos de interesse público, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (E) editar decretos autônomos para disciplinar matérias em tese, com efeitos gerais e abstratos, diante de lacunas legais.
-
18. O processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, possui algumas características, expressamente previstas, que podem diferenciá-lo dos processos judiciais, a exemplo da
- (A) impossibilidade de instrução processual com prova testemunhal, restrita ao processo judicial.
 - (B) facultatividade da observância do direito de defesa e do contraditório, que pode ficar para o momento final, após a decisão.
 - (C) possibilidade de se movimentar de ofício, independentemente de manifestação ou requerimento dos interessados.
 - (D) coisa julgada, que demanda concordância das partes para que possa produzir efeitos.
 - (E) instância recursal, que demanda expressa previsão na lei, sob pena de não haver autorização para tanto.
-

Legislação Institucional

19. De acordo com a Constituição Estadual de Sergipe, o Deputado desse Estado NÃO poderá, dentre outras hipóteses,
- (A) ser titular de mais de dois cargos ou mandatos eletivos federal, estadual ou municipal, desde a expedição do diploma.
 - (B) manter contrato com autarquia, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
 - (C) firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
 - (D) exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde a posse.
 - (E) patrocinar causas em que sejam interessadas empresas públicas, desde a expedição do diploma.
-
20. Suponha que certo Deputado da Assembleia Legislativa de Sergipe pretenda obter licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da ALESE, o pedido de licença será
- (A) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, considerar-se-á, como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (B) concedido pela Mesa Diretora e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (C) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, considerar-se-á como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (D) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (E) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Congelamento de salários e demais preços por três meses; criação da Unidade de Referência de Preços (URP) como indexador de salários; programa de corte de gastos públicos. Esse conjunto de medidas caracterizou o plano econômico que ficou conhecido como Plano
- (A) Real.
 - (B) Cruzado.
 - (C) Collor 1.
 - (D) Verão.
 - (E) Bresser.
-
22. Afirma-se que a crise econômica recentemente vivida pelo Brasil seria um dos mais longos períodos recessivos da história do país. O conceito de recessão técnica, se aplicado à economia brasileira nos anos de 2015 e 2016, é caracterizado pela
- (A) consecução de, ao menos, dois trimestres de crescimento negativo do PIB.
 - (B) redução drástica e progressiva dos gastos do governo.
 - (C) relativa estabilidade na taxa de desemprego.
 - (D) redução persistente, mês a mês, da produção industrial.
 - (E) redução persistente, mês a mês, das vendas no varejo.
-
23. Nos últimos anos, popularizou-se no noticiário econômico a expressão **pedaladas fiscais**. Tal expressão foi associada
- (A) às operações de crédito ilegais, do Tesouro Nacional, em benefício dos bancos públicos.
 - (B) ao adiantamento de repasses por parte das autarquias federais, sob a rubrica restos a pagar, ao Tesouro Nacional, com a finalidade de se obter um maior superávit nominal.
 - (C) ao contingenciamento, pelos bancos públicos, de despesas não obrigatórias, visando a garantir o alcance das metas de superávits primários.
 - (D) à prática do Tesouro Nacional de atrasar repasses a bancos e autarquias, obtendo como resultado uma melhora contábil das contas federais, ao apresentar despesas menores que as previstas.
 - (E) aos decretos pelos quais o Planalto pode alterar verbas previstas no Orçamento, reforçando ou desidratando os programas existentes.
-
24. A transformação de obrigações financeiras geradas anteriormente em processos de oferta de crédito em papéis colocáveis diretamente no mercado corresponde ao conceito de
- (A) alocação de portfólio.
 - (B) securitização.
 - (C) derivativos.
 - (D) encaixe bancário.
 - (E) financiamento do projeto.
-
25. *De acordo com o seu estatuto, não cabia a ele competir com instituições financeiras comerciais privadas e muito menos fortalecer o setor público e quaisquer formas mistas de economia, mas sim, fundamentalmente, financiar, em todo o mundo, projetos para fins produtivos relacionados a obras públicas de fácil definição, supervisão e aferição de resultados que não fossem de interesse direto da banca privada. Ademais, cabia a esse organismo promover o investimento de capitais estrangeiros, por meio de garantias ou participação em empréstimos e outros investimentos realizados por particulares, desde que relacionados a planos específicos de desenvolvimento.*
- O fragmento acima, adaptado de um artigo do historiador João Pereira, refere-se à origem de um dos grandes organismos internacionais denominado
- (A) G20.
 - (B) FMI.
 - (C) BIRD.
 - (D) OMC.
 - (E) BID.



26. Sobre a crise econômica mundial, que se exacerbou em 2008, a literatura econômica aponta para os **déficits trigêmeos** como uma de suas possíveis causas. A qualificação **trigêmeos** deriva do diagnóstico de que
- (A) três déficits distintos teriam origem comum, associada à sustentação de um padrão de consumo assentado no endividamento, vigente nos EUA.
 - (B) os EUA, a Europa e os países emergentes do resto do mundo teriam, com a globalização, um padrão de endividamento semelhante.
 - (C) esta se refere ao déficit público americano nas esferas: federal, estadual e municipal.
 - (D) a origem do endividamento americano está assentada em três razões: as guerras no Oriente Médio, o excesso de gastos sociais do governo Obama e a redução de impostos promovida pelo segundo governo Bush.
 - (E) três presidentes distintos (Clinton, Bush e Obama) teriam sofrido com o mesmo problema.
-
27. O Sistema de Contabilidade Nacional (SCN) do Brasil, produzido pelo IBGE, apresenta uma rubrica destinada às Contas Econômicas Integradas (CEI). No tocante às CEI, é correto afirmar:
- (A) Apresentam as operações produção de bens e serviços, bem como registra a geração, a alocação, a redistribuição e o uso da renda, em suas contas de patrimônio.
 - (B) São compostas por três grandes contas: conta corrente, contas de patrimônio e tabelas de recursos e usos.
 - (C) Iniciando-se com a poupança bruta como recurso, seguindo com a Formação Bruta de Capital como uso, além de outras rubricas sobre ativos não financeiros e transferência de capital, temos nas CEI a apresentação das tabelas de recursos e usos.
 - (D) As contas correntes, uma das componentes das CEI, mostram os valores de balanço de ativos e passivos dos setores institucionais no início e no fim do período contábil.
 - (E) Nelas são apresentadas, de maneira articulada, as rendas geradas no processo produtivo; sua distribuição entre os agentes econômicos e sua utilização em consumo final; e o montante de poupança destinado à acumulação de ativos não financeiros.
-
28. Sob a perspectiva neoclássica das expectativas racionais, a curva de Phillips versão Lucas é uma curva
- (A) com convexidade apontada para o encontro dos eixos de coordenadas, pois descreve uma correlação positiva entre inflação e desemprego.
 - (B) com concavidade apontada para o encontro dos eixos de coordenadas, pois descreve uma correlação negativa entre inflação e desemprego.
 - (C) vertical, pois, no longo prazo, descreve uma situação em que o ajustamento da expectativa dos agentes econômicos (firmas e trabalhadores) a aumentos inesperados do estoque de moeda e de preços faz com que o desemprego fique estacionado próximo à taxa natural da economia.
 - (D) com convexidade apontada para o encontro dos eixos de coordenadas, pois descreve uma correlação negativa entre inflação e desemprego.
 - (E) horizontal, pois, no longo prazo, descreve uma situação em que o ajustamento da expectativa dos agentes econômicos (firmas e trabalhadores) a aumentos inesperados do estoque de moeda e de preços faz com que o nível de preços fique estacionado próximo à taxa de pleno emprego da economia.
-
29. Suponha que a produção de um bem está sujeita a proporções fixas, isto é, quando uma, e somente uma, combinação de insumos pode produzir esse dado bem. Nesse caso,
- (A) obtêm-se isoquantas com formato em "L".
 - (B) obtêm-se uma função de produção denominada Cobb-Douglas.
 - (C) obtêm-se isoquantas que se interceptam toda vez que a quantidade de insumos apresenta uma relação constante.
 - (D) a grandeza dos insumos decresce para pontos mais afastados da origem, em um gráfico que relaciona as quantidades dos dois insumos.
 - (E) o nível de produto permanece constante e a proporção dos insumos varia continuamente para movimentos ao longo da isoquanta.



30. Explorando a noção de elasticidade, na teoria do consumidor, o quadro abaixo reúne em sua primeira coluna alguns conceitos, e, na segunda, algumas características relacionadas a cada um deles.

CONCEITO	CARACTERÍSTICA
1. Elasticidade-preço cruzada da demanda.	I. Depende da disponibilidade dos bens substitutos e do número de usos que um bem pode ter.
2. Elasticidade-renda da demanda.	II. Variação proporcional na quantidade demandada de um dado bem dividida pela variação proporcional no preço de outro bem.
3. Coeficiente de elasticidade-preço.	III. Função que relaciona a quantidade de equilíbrio adquirida de um dado bem para um dado nível de renda monetária.
4. Curva de Engel.	IV. Reação da quantidade demandada a uma variação relativa na renda.

A correta relação entre conceitos e suas respectivas características é:

- (A) 1-II; 2-III; 3-IV; 4-I.
 (B) 1-I; 2-III; 3-II; 4-IV.
 (C) 1-I; 2-II; 3-III; 4-IV.
 (D) 1-II; 2-IV; 3-I; 4-III.
 (E) 1-IV; 2-III; 3-II; 4-I.

31. A respeito das fontes do crescimento econômico, considere:

- I. O PIB real de um país cresce quando a quantidade dos fatores de produção cresce ou quando avanços tecnológicos persistentes aumentam a produtividade do estoque de fatores de produção.
 II. O crescimento do capital físico, do capital humano e os avanços tecnológicos, ao afetarem a produtividade do trabalho, podem gerar crescimento econômico.
 III. A teoria clássica do crescimento trazia a visão de que o crescimento do PIB real *per capita* é temporário e de que, quando este estiver acima do nível de subsistência, um crescimento populacional acelerado o trará de volta ao nível de subsistência.
 IV. A teoria neoclássica do crescimento sustenta que o PIB real *per capita* cresce devido às escolhas que as pessoas fazem em busca do lucro e que o crescimento pode persistir indefinidamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 (B) I e II.
 (C) I, III e IV.
 (D) II e IV.
 (E) IV.

32. Uma das grandes contribuições à teoria macroeconômica trazida pela chamada síntese neoclássica foi

- (A) permitir que o modelo IS-LM abandone a hipótese de preços constantes vigente no modelo keynesiano.
 (B) uma teoria do consumo que levava em conta a importância das expectativas nas decisões de consumo atual.
 (C) a descoberta de que a taxa de juros não influi sobre a determinação da renda.
 (D) ter eliminado as chamadas variáveis exógenas, como as decisões institucionais de política econômica, da modelagem econômica.
 (E) associar a curva IS à representação do equilíbrio do mercado de ativos.

33. Uma função de consumo é dada pela seguinte relação:

$$C = c_0 + c_1 Y_d$$

onde

c_0 é o consumo com renda igual a zero

c_1 é a propensão marginal a consumir

Y_d é a renda disponível

Sobre essa função, tem-se que, se

- (A) c_0 for menor que a unidade, isso implica despoupança.
 (B) c_1 é negativo, um aumento da renda leva a um aumento do consumo.
 (C) a função consumo for uma função linear, sua representação gráfica será uma reta com declividade igual a $1 - c_1$.
 (D) c_1 é menor que a unidade, um aumento da renda leva a um crescimento do consumo, mas também da poupança.
 (E) c_1 for igual à unidade, a representação gráfica da função é uma reta perpendicular ao eixo da renda.



34. Uma das grandes diferenças no uso de instrumentos tarifários e não tarifários na política comercial, com todos os demais fatores mantidos constantes, é que
- (A) a adoção de cotas de importação aumenta o bem-estar nacional, ao passo que a adoção de uma tarifa específica sobre importações aumenta o excedente do consumidor.
 - (B) uma tarifa específica sobre importações reduz o excedente do produtor, ao passo que a adoção de cotas de importação aumenta esse excedente.
 - (C) uma tarifa específica sobre importações reduz o excedente do consumidor, ao passo que a adoção de um subsídio à exportação também diminui esse excedente.
 - (D) a adoção de cotas de importação não altera as receitas do governo, ao passo que a adoção de restrições voluntárias à exportação tende a diminuir o bem-estar nacional.
 - (E) um subsídio à exportação aumenta o bem-estar nacional, ao passo que a adoção de uma tarifa específica sobre importações reduz as receitas do governo.

35. Em economia internacional, a Teoria de Heckscher-Ohlin é também denominada teoria

- (A) das proporções de fatores.
- (B) das vantagens comparativas.
- (C) do segundo melhor.
- (D) da produtividade dos fatores.
- (E) da paridade do poder de compra.

36. Considere as seguintes afirmações sobre o fluxo circular da renda em uma dada economia:

- I. Grande parte da produção é oferecida no mercado, sendo que alguns dos produtos encontram-se em uma etapa intermediária, ou seja, servem como insumos para serem usados na produção de outros bens e serviços.
- II. Uma possibilidade de destino para os produtos é o uso final, que poderá ser para consumo final, isto é, para a satisfação direta das necessidades dos membros da sociedade, ou para investimento, também denominado formação bruta de capital, cuja função é repor ou aumentar o capital produtivo de um país.
- III. As rendas geradas são distribuídas pelos agentes produtores para remunerar aqueles que participam da atividade produtiva; esta consiste na "distribuição primária", ou seja, refere-se aos fluxos de rendas de que se apropriam os agentes econômicos devido a sua participação, mais ou menos direta, na atividade produtiva.
- IV. Os agentes que investem quando sua poupança é insuficiente se endividam com aqueles que têm uma capacidade de financiamento, de maneira que, ao final do período corrente, há uma modificação no nível e na composição dos patrimônios; esta alteração patrimonial ocorre devido aos novos investimentos realizados, que são representados pelas transações de capital, e também por conta da modificação de ativos e passivos entre os agentes, representada pelas transações financeiras.

Está correto o que se afirma em

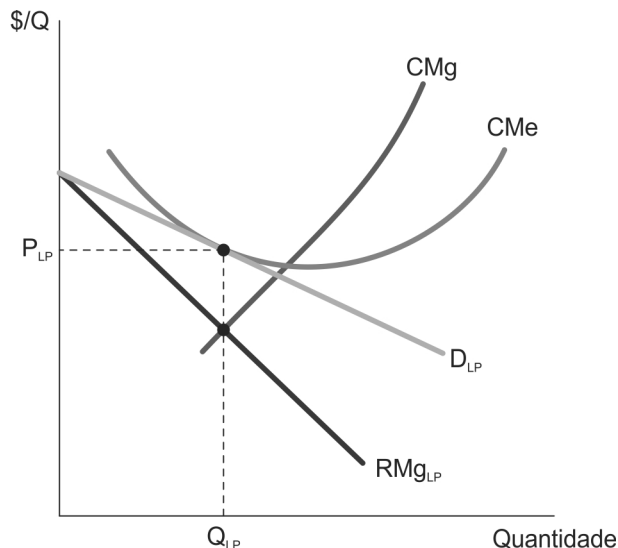
- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

37. O efeito de um aumento nos preços dos alimentos sobre a linha de orçamento de um dado consumidor, sem alterações em sua renda, em uma representação gráfica que relaciona os gastos com alimentação (eixo x) e os gastos com educação (eixo y) gera

- (A) um deslocamento paralelo da linha de orçamento original, com afastamento desta dos eixos de coordenadas.
- (B) uma rotação na linha de orçamento em torno de um intercepto, girando para dentro.
- (C) um deslocamento paralelo da linha de orçamento original, com aproximação desta dos eixos de coordenadas.
- (D) uma deformação da linha que tem seu centro aproximado do eixo de coordenadas.
- (E) uma rotação na linha de orçamento em torno de um intercepto, girando para fora.



38. Considere o gráfico a seguir, que relaciona preço e quantidade de um dado bem para uma dada empresa:



Dados:

P_{LP} – o preço de longo prazo

Q_{LP} – a quantidade de longo prazo

CMg – o custo marginal

CMe – o custo médio

RMg_{LP} – a receita marginal de longo prazo

D_{LP} – a demanda de longo prazo

Das informações apresentadas no gráfico, apreendemos que o equilíbrio de longo prazo ocorre em uma empresa

- (A) em um monopólio puro em que se observa o equilíbrio de Nash, em que a quantidade de equilíbrio é definida pelo encontro entre receita marginal e custo marginal.
- (B) em concorrência perfeita, com o preço de equilíbrio igual ao custo médio.
- (C) em monopólio natural, com o preço de equilíbrio menor que o custo marginal.
- (D) monopolisticamente competitiva, com o preço de equilíbrio igual ao custo médio.
- (E) em um oligopólio com equilíbrio de Cournot, em que o custo marginal é fixo.

39. Considere os seguintes dados extraídos do Balanço de Pagamentos de um país hipotético, em milhões de unidades monetárias:

PIB = 15.730

Consumo de capital fixo = 1.728

Impostos indiretos = 861

Juros líquidos = 695

Lucro das empresas e transferências comerciais = 2.329

Pagamentos de renda de fatores ao resto do mundo = 857

Recebimentos de renda de fatores do resto do mundo = 872

Utilizando essas informações, o valor do Produto Nacional Líquido (PNL) desse país é

- (A) 17.041.
- (B) 13.156.
- (C) 14.017.
- (D) 13.851.
- (E) 16.180.

40. Ao medir o resultado fiscal do setor público, o Banco Central

- (A) apura o resultado primário excluindo do resultado nominal os juros nominais apropriados por competência, incidentes sobre a Dívida Líquida, o que é possível por utilizar o conceito **acima da linha**.
- (B) utiliza o conceito **abaixo da linha**, medindo a variação do estoque do endividamento líquido do setor público não financeiro.
- (C) apura as necessidades de financiamento no conceito **acima da linha**.
- (D) identifica os fatores que levaram ao resultado, ao medir a variação do estoque do endividamento líquido do setor público não financeiro.
- (E) usa o conceito **acima da linha**, quando calcula o resultado nominal, somando os juros nominais à variação do estoque do endividamento líquido do setor público não financeiro.



41. A respeito dos impostos, a curva de Laffer
- (A) evidencia que pode haver uma alíquota específica que produz uma receita tributária máxima.
 - (B) preconiza que aumentos de alíquotas geram maiores receitas de impostos, independentemente do nível da alíquota.
 - (C) demonstra que fortes elevações de alíquotas garantem fundos para aumento dos gastos públicos.
 - (D) mostra que baixas alíquotas estão relacionadas com maior sonegação.
 - (E) esclarece o motivo pelo qual a receita tributária máxima se dá com uma alíquota de 100%.
-
42. Apreciar, mediante emissão de parecer prévio, as contas prestadas anualmente, em Sergipe, pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, é uma competência
- (A) do Ministério Público Federal.
 - (B) do Ministério da Justiça.
 - (C) da Controladoria Geral do Estado.
 - (D) do Tribunal de Contas do Estado.
 - (E) do Governo do Estado.
-
43. Um exemplo de dispêndio orçamentário correspondente a uma despesa corrente, no setor público, é dado
- (A) pela incorporação de bens ao patrimônio público.
 - (B) pelos investimentos.
 - (C) pelas inversões financeiras.
 - (D) pelos juros e encargos da dívida.
 - (E) pela amortização de dívida.
-
44. Na estrutura tributária do Brasil,
- (A) impostos não podem incidir em todas as etapas de produção.
 - (B) há situações em que os impostos podem ser utilizados como instrumento extrafiscal.
 - (C) a arrecadação do ISS e do ICMS é compartilhada entre o Estado e o Município.
 - (D) não há imposto que se apresenta como seletivo e indireto ao mesmo tempo.
 - (E) os Estados são os titulares da competência para o IPI.
-
45. O Estado de Sergipe caracteriza-se por apresentar
- (A) variação real acumulada no PIB, no período 2010-2014, em nível maior que a variação apresentada para o Brasil.
 - (B) Índice de Desenvolvimento Humano levemente superior ao mesmo índice apresentado pelos demais estados da região Nordeste do país, para dados de 2010.
 - (C) Índice de Desenvolvimento Humano superior ao mesmo índice apresentado pelo Brasil, para dados de 2010.
 - (D) ganhos na posição relativa de PIB *per capita* entre 2002 e 2015, em relação às demais Unidades da Federação, conforme dados do IBGE.
 - (E) maior PIB *per capita* estadual da região Nordeste, em 2014.
-
46. A empresa DO BEM apresentava, na data de 30/06/200X, as seguintes informações financeiras (valores em reais):
- | | |
|--|-----------|
| Lucro Líquido após impostos | 1.000,00 |
| Patrimônio Líquido | 4.000,00 |
| Captações de curto prazo | 1.000,00 |
| Financiamentos a pagar – longo prazo | 2.000,00 |
| Contas a Receber – curto prazo | 10.000,00 |
| Estoques | 2.500,00 |
| Imóveis não destinados à venda | 1.500,00 |
| Despesas Administrativas | 2.500,00 |
| Títulos a pagar – curto prazo | 8.000,00 |
| Vendas | 12.000,00 |
| Caixa | 1.000,00 |
- Considerando essas informações, a liquidez imediata da empresa DO BEM é:
- (A) 0,11.
 - (B) 1,50.
 - (C) 1,67.
 - (D) 1,22.
 - (E) 0,09.



47. Considere as seguintes informações sobre projetos mutuamente excludentes, a uma taxa mínima de atratividade de 13%:

Projeto	Payback (anos)	TIR	VPL R\$
1	6	13,0%	0,00
2	4	12,0%	(-) 10.500,00
3	3	13,5%	128.000,00
4	5	13,5%	110.500,00
5	7	12,0%	(-) 15.500,00

Para obter maior retorno, o investidor deve decidir pelo projeto

- (A) 5.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

48. Considere o investimento do montante de R\$ 30.000,00 em um ativo com Beta de 2,0, sendo a taxa livre de risco de 10% e o retorno esperado da carteira de mercado de 13%, em taxas anuais.

O montante necessário de investimento em um ativo livre de risco para se obter um retorno esperado total de R\$ 6.000,00 em um ano é, em reais,

- (A) 20.000,00.
- (B) 11.000,00.
- (C) 10.000,00.
- (D) 22.000,00.
- (E) 12.000,00.

49. Na teoria do portfólio, a fronteira eficiente

- (A) é calculada apenas para carteiras compostas de títulos de renda fixa.
- (B) posiciona os ativos disponíveis e o conjunto de portfólios possíveis a todas as relações risco-retorno.
- (C) representa o conjunto de portfólios que oferecem os mais elevados retornos a cada nível de risco.
- (D) resolve o problema da decisão, eis que um mesmo ponto da fronteira será o ponto ótimo para todos os investidores.
- (E) determina que devem ser escolhidas quaisquer carteiras que fiquem abaixo da curva de fronteira.

50. A análise de sensibilidade constitui uma ferramenta para avaliação de projetos que considera as mudanças no valor presente líquido e na taxa interna de retorno, em decorrência de alteração

- (A) em variável que não implique incerteza.
- (B) no conjunto em todas as variáveis de risco do projeto.
- (C) nas variáveis-chave de risco do projeto, conjuntamente.
- (D) simultânea e conjunta das variáveis consideradas em uma específica análise de cenário.
- (E) em uma variável de entrada do projeto.



-
51. Um título perpétuo que garante uma taxa de juros de 5% a.a. apresenta uma *duration* de
- (A) 21.
 - (B) 19.
 - (C) 19,5.
 - (D) 20.
 - (E) 20,5.
-
52. O gerenciamento de riscos vem se constituindo em uma atividade fundamental nas organizações, sendo o Value at Risk (VaR) uma ferramenta bastante difundida. O VaR
- (A) apresenta um problema caracterizado por não ser aplicável a uma distribuição normal.
 - (B) necessita da fixação de específico nível de confiança.
 - (C) dispensa o uso de dados históricos.
 - (D) não necessita de definição de horizonte de tempo para a perda.
 - (E) objetiva calcular a base de perdas de uma carteira, em um determinado período de tempo passado.
-
53. Em um grupo de pessoas encontramos as seguintes idades: 20, 30, 50, 39, 20, 25, 41, 47, 36, 45, 41, 52, 18, 41. A mediana e a moda são, respectivamente,
- (A) 39 e 42.
 - (B) 36 e 45.
 - (C) 40 e 41.
 - (D) 41 e 20.
 - (E) 42 e 39.
-
54. A distribuição quiquadrado
- (A) é assimétrica à esquerda.
 - (B) é uma distribuição gamma.
 - (C) é bilateral, com média igual a zero.
 - (D) tem média igual a duas vezes o número de graus de liberdade.
 - (E) tem variância igual ao número de graus de liberdade.
-
55. Em séries temporais, as oscilações aproximadamente regulares em torno da tendência
- (A) determinam o componente não sistemático.
 - (B) são típicas de séries muito curtas, como dados dentro de um mês.
 - (C) dão a direção global dos dados.
 - (D) podem ser decorrentes de fenômenos naturais e socioeconômicos.
 - (E) caracterizam uma série sem variável residual.
-
56. Para a obtenção de um empréstimo de R\$ 100.000,00 a Cia. Flores Belas pagou à instituição financeira, na data da liberação dos recursos, R\$ 1.500,00 de taxa de abertura de crédito e R\$ 268,52 referentes a outras taxas. O prazo do empréstimo foi 2 meses e o principal e os juros foram pagos em uma única parcela na data do vencimento. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pelo banco foi de 3% ao mês, a taxa efetiva de juros (custo efetivo) no período da operação foi de
- (A) 7,86%.
 - (B) 3,00%.
 - (C) 6,00%.
 - (D) 6,09%.
 - (E) 8,00%.
-



57. A Cia. Construtora adquiriu um terreno para ser pago em 5 parcelas iguais de R\$ 10.000,00, vencíveis em 30, 60, 90, 120 e 150 dias, respectivamente. Ao pagar a terceira parcela, a Cia. verificou que possuía condições financeiras para quitar as duas parcelas restantes. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pela instituição financeira era de 4% ao mês, a equação que indica o valor que a Cia. deveria desembolsar para quitar o terreno, após pagar a terceira parcela e na data de vencimento desta, é

(A) Valor pago = $\frac{10.000}{(1,04)} + \frac{10.000}{(1,08)}$

(B) Valor pago = $\frac{10.000}{(1,04)} + \frac{10.000}{(1,04)^2}$

(C) Valor pago = $\frac{20.000}{(1,04)^2}$

(D) Valor pago = $\frac{20.000}{(1,08)}$

(E) Valor pago = $10.000 + \frac{10.000}{(1,04)}$

58. Os Valores Presentes Líquidos (VPL) de quatro projetos de investimento, para diferentes Taxas Mínimas de Atratividade (TMA), são apresentados, em reais, no quadro a seguir:

TMA	Valores Presentes Líquidos (VPL)			
	Projeto A	Projeto B	Projeto C	Projeto D
0%	200,00	200,00	200,00	200,00
10%	60,33	36,66	15,15	5,84
12%	53,51	26,35	2,09	(8,12)
20%	29,17	(9,03)	(40,86)	(52,91)
30%	4,14	(42,97)	(79,21)	(91,33)

De acordo com as informações, é correto afirmar que

- (A) o projeto **A** é mais rentável que o projeto **B**, para qualquer **TMA**.
- (B) a taxa interna de retorno do projeto **C** é maior do que a do projeto **A**.
- (C) a taxa interna de retorno do projeto **D** é maior do que a do projeto **B**.
- (D) o projeto **B** é economicamente viável, para todas as **TMA**.
- (E) o projeto **C** é mais rentável que o projeto **B**, para qualquer **TMA**.
59. Um determinado produto custa R\$ 200,00 à vista, mas José deseja comprá-lo com pagamento a prazo. A menor taxa de juros simples mensal é obtida se optar por pagar
- (A) R\$ 50,00 à vista e R\$ 160,00 em uma única parcela após um mês.
- (B) uma parcela única de R\$ 210,00 após um mês.
- (C) uma parcela única de R\$ 220,00 após dois meses.
- (D) uma parcela única de R\$ 228,00 após três meses.
- (E) R\$ 100,00 à vista e R\$ 110,00 em uma única parcela após um mês.

60. A Cia. Endividada tinha que liquidar uma dívida no valor de R\$ 200.000,00 em determinada data, porém precisou negociar a prorrogação do prazo de pagamento por não dispor de liquidez. O credor aceitou prorrogar o pagamento por 90 dias e negociou a remuneração com uma taxa de juros compostos de 2% ao mês. O valor devido pela Cia. Endividada, no final do prazo de prorrogação, foi, em reais,

(A) 216.486,43.

(B) 212.000,00.

(C) 212.241,60.

(D) 208.080,00.

(E) 216.000,00.

**DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX: 3. A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio técnico do conteúdo dos temas abordados, a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo/área/especialidade. 4. A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de uma questão prática para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução, e versará sobre conteúdos pertinentes aos Conhecimentos Específicos do cargo para o qual o candidato se inscreveu, constante do Anexo II, e adequados às atribuições do cargo/área/especialidade especificadas no Anexo I. 6. A prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos. 7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 7.1 A avaliação de expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 8.1. apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado. 8.2. apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 8.3. for assinada fora do local apropriado; 8.4. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 8.5. estiver em branco; 8.6. apresentar ilegível e/ou incompreensível; 10. Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Prova.

QUESTÃO 1

Considere o texto abaixo, adaptado de publicação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), de abril de 2017.

O desequilíbrio fiscal e a necessidade de ajuste das contas públicas, nos três níveis de governo, têm dominado o debate econômico. Em âmbito federal, a escalada da dívida pública motivou a determinação constitucional inédita de limitar o crescimento dos gastos públicos, bem como o encaminhamento de reformas fundamentais à sustentabilidade fiscal de longo prazo, como a da previdência.

Nos estados e municípios, o quadro fiscal talvez seja ainda mais grave, na medida em que sequer há recursos para pagar funcionários e fornecedores, em alguns casos, prejudicando muitas vezes a prestação de serviços públicos essenciais. De fato, diversos entes federativos estão à beira da insolvência, tendo como agravante o fato de que já estão descumprindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Isso significa que, além dos riscos fiscais, há riscos sociais e político-institucionais.

No que diz respeito à dívida dos entes públicos, os dados mostram que há grande heterogeneidade entre os estados. Na verdade, a dívida é problema apenas para quatro estados: Rio de Janeiro (232% da Receita Corrente Líquida – RCL), Rio Grande do Sul (213%), Minas Gerais (203%) e São Paulo (175%). Dos 27 estados, 22 encerraram 2016 com dívida inferior a 100% do RCL, sendo que 14 não chegaram a 50%. Além da limitada capacidade de endividamento dos estados, ações de alongamento do prazo e redução dos indexadores explicam esse quadro favorável para a dívida da maioria dos estados. Em 2014, foi sancionada a Lei Complementar 148 que trocou o indexador das dívidas dos entes federados renegociadas nos anos 1990. Em 2015, foi sancionada a Lei Complementar nº 151, que estabeleceu prazos para a revisão das dívidas prevista na LC 148. Já em 2016, surgiu a LC 156 que alongou essas dívidas por mais 20 anos, diluindo o pagamento do principal.

De fato, o problema das contas públicas estaduais não é explicado por elevados estoques de dívidas contraídas no passado – este é um problema de poucos. Em que pese a conjuntura econômica desfavorável e seu consequente efeito negativo sobre a arrecadação tributária, o problema das contas públicas estaduais é estrutural e está relacionado ao elevado comprometimento dos orçamentos com gastos obrigatórios, notadamente despesas de pessoal. Dessa forma, momentos de queda na receita, como o atual, se traduzem em elevados déficits. A verdade é que há pouca margem de manobra para adequar as despesas à capacidade de arrecadação, deixando as contas públicas extremamente expostas à conjuntura econômica.

Observando-se as despesas com pessoal ativo e inativo dos estados brasileiros, como proporção da RCL, em média, esse percentual foi de 57,2% em 2016. No topo da lista estão Minas Gerais, onde as despesas de pessoal comprometeram 78% da RCL, Rio Grande do Sul, com 76% e Rio de Janeiro, com 72%. O conceito utilizado foi o de Despesa Líquida de Pessoal, que considera as despesas brutas com pessoal descontadas as receitas previdenciárias (contribuição do servidor e contribuição patronal).

Em grande parte dos estados, esse resultado é influenciado pelas despesas com inativos e pensionistas: em 14 esta conta representou mais de 20% da RCL. Novamente, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão no topo da lista, sendo os estados que mais comprometeram sua receita com o pagamento de inativos e pensionistas em 2016: 53% e 38%, respectivamente. No Rio Grande do Sul, a despesa com aposentadorias e pensões inclusive superou aquela destinada aos ativos.

Em uma conjuntura de queda das receitas, a combinação de baixa capacidade de endividamento com elevada rigidez orçamentária fez com que a postergação de despesas via restos a pagar se materializasse como a principal fonte de financiamento dos estados. Destaque para os mesmos que apresentaram as maiores dívidas e os mais elevados gastos de pessoal. Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão entre os cinco estados que encerraram 2016 com mais restos a pagar processados do que recursos em caixa, ou seja, fecharam o ano no cheque-especial – os outros dois foram Sergipe e Distrito Federal.

Dos 22 estados que encerraram 2016 com recursos em caixa para cobrir as despesas postergadas, apenas 5 terão menos de 10% da RCL para fazer frente a imprevistos orçamentários em 2017. Destaque positivo para Maranhão e Tocantins, estados em que os recursos em caixa são suficientes para cobrir as despesas postergadas e ainda resultam em um crédito que supera 60% da RCL. Nessa matemática perversa, tem sobrado pouco espaço para os investimentos públicos estaduais, como por exemplo obras de infraestrutura e equipamentos destinados à segurança pública. Frente a 2014, ano em que teve início a trajetória cadente da atividade econômica, os estados reduziram os investimentos em R\$ 34,8 bilhões, uma queda de 53,4% em termos reais, enquanto a redução da Receita Corrente Líquida foi de 5,6%. Os estados que mais contribuíram para a redução dos investimentos no período são, respectivamente, Rio de Janeiro (R\$ 6,5 bilhões), São Paulo (R\$ 5,9 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 3,0 bilhões) que juntos deixaram de investir R\$ 15,3 bilhões nesses três anos, 44% do total. Desta forma, em 2016, o investimento médio dos estados atingiu o patamar mais baixo dos últimos nove anos, ao alcançar 5,3% da RCL.

A LRF veda a contração de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente no último ano de mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. O artigo 42 foi elaborado com intuito de evitar que, em último ano de mandato, sejam irresponsavelmente contraídas novas despesas que não possam ser pagas no mesmo exercício. Posteriormente, a Lei de Crimes Fiscais (2000) caracterizou como crime, punindo com reclusão de um a quatro anos, ordenar ou autorizar a assunção de obrigação em desacordo com a determinação do artigo 42.



Desse diagnóstico extraem-se alguns postos-chaves sobre a crise dos estados. O primeiro deles é que a dívida com a União é problema para uma minoria. Portanto, a renegociação da dívida deve ficar circunscrita a poucos, não devendo ser estendida a todos os estados. O principal problema dos estados é o elevado comprometimento dos orçamentos com gastos de pessoal, especialmente por conta do grande desequilíbrio previdenciário. A rigidez orçamentária decorrente disso não só deixa pouco espaço para os investimentos, como também torna as contas estaduais extremamente vulneráveis aos ciclos econômicos. Prova disto é o grave problema de liquidez presente em alguns estados, retratado pelo uso excessivo de restos a pagar sem a devida cobertura de caixa.

Pede-se:

- a. Identifique o principal problema econômico apontado no texto.
- b. Explique o que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c. Sobre as regras e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, analise a situação da Dívida Consolidada Líquida como porcentagem da Receita Corrente Líquida das seguintes unidades da federação brasileira, com dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, em 2017:
 - 1. Rio de Janeiro – 232%
 - 2. São Paulo – 175%
 - 3. Sergipe – 60%
- d. Recentemente, a imprensa brasileira divulgou a intenção do Executivo de encaminhar uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC ao Congresso Nacional, para a revogação da chamada “regra de ouro” do Orçamento Público. Em que consiste a “regra de ouro”?
- e. Suponha que a Assembleia Legislativa de Sergipe tenha lhe consultado sobre possíveis medidas econômicas que podem ser adotadas para o enfrentamento da problemática apresentada no texto. Que ações econômicas você, como economista, sugeriria, no âmbito do Estado de Sergipe, para o enfrentamento dessa situação? Justifique sua resposta.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	



22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO